

CAPACITAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO CTM EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA: PRIMEIROS RESULTADOS

XAVIER, Ana Paula Campos¹

COSTA, Antônio Carlos Brito Vital²

DANTAS, José Carlos³

OLIVEIRA, Nádja Melo⁴

SILVA, Richarde Marques da⁵

RESUMO

Este trabalho está inserido no projeto de extensão intitulado “*Capacitação para implantação de Cadastro Territorial Multifinalitário em municípios da Paraíba*”, do Programa de Extensão – PROEXT, aprovado pelo Ministério das Cidades, e desenvolvido pelo Departamento de Geociências, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Este projeto de extensão busca Implementar uma rede de conhecimento sobre a implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário em municípios do Estado da Paraíba. Para tanto, realiza cursos presenciais capacitar técnicos de prefeituras do Estado da Paraíba, referente as Diretrizes Nacionais do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM). Os cursos de capacitação ministrados no projeto de extensão tem o objetivo de auxiliar os técnicos na implantação do CTM nesses municípios, já que a maioria dos municípios paraibanos não estão preparados para o cadastro dos imóveis urbanos e rurais e um melhor controle do uso e ocupação do solo.

PALAVRAS-CHAVE: Cadastro Territorial Multifinalitário, desenvolvimento, Paraíba.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse projeto é capacitar técnicos da administração municipal do Estado da Paraíba na implementação do Cadastro Territorial Multifinalitário, baseado nas geotecnologias e nas Diretrizes Nacionais publicadas pelo Ministério das Cidades.

Até 2012, nenhum município do Estado da Paraíba foi beneficiado pela iniciativa do Ministério das Cidades para capacitação de gestores municipais no âmbito do CTM. Sendo assim, vislumbra-se na aprovação da presente proposta o início da mudança desta realidade, fazendo com que os municípios possam contar com pessoal apto a desenvolver todas as atividades diretamente relacionadas ao CTM, de forma autônoma.

¹ Aluna de Engenharia Ambiental/UFPB. Bolsista do PROEXT. E-mail: paulacx10@hotmail.com

² Aluno do Curso de Geografia /UFPB. Bolsista do PROEXT. E-mail: tony_carlos_vital@hotmail.com

³ Aluno do Curso de Geografia/UFPB. Bolsista do PROEXT. E-mail: j_c_dantas@dantas@hotmail.com

⁴ Aluna do Curso de Geografia /UFPB. Bolsista do PROEXT. E-mail: nadja_santaninha@hotmail.com

⁵ Professor Adjunto II/CCEN/UFPB. Coordenador do PROEXT. E-mail: richarde@geociencias.ufpb.br

Com a necessidade de capacitar funcionários de secretarias municipais, na utilização de ferramentas de geotecnologias, para o melhor gerenciamento espacial do município, se faz necessário a realização de cursos de capacitação que almejem a divulgação dos conhecimentos de Geotecnologias. Devido ao fato das ferramentas de Geotecnologias serem relativamente novas e por uma variedade ferramental, composta por produtos e técnicas potentes de inserção, edição, integração, visualização e disponibilização de informações sobre o território, têm-se um desafio que exige repensar a forma de vermos a informação geográfica, no âmbito do município.

A conscientização dos gestores públicos para a adoção de critérios técnicos e padronizados relacionados ao mapeamento dos territórios sob suas jurisdições e à correta avaliação do valor dos imóveis tem se mostrado como elemento essencial no que diz respeito à justiça social nas cidades, uma vez que as ações do poder público podem ser melhor direcionadas, beneficiando um número maior de pessoas e reduzindo as desigualdades muito comuns na realidade dos municípios brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

A análise da expansão urbana brasileira resulta na observação de que na maioria das cidades predominou a ocupação desordenada, sem critérios para a implantação do sistema viário, saneamento ambiental e demais itens da infra-estrutura urbana (Bitencourt e Loch, 1998). As falhas, ou o não planejamento, derivam do desconhecimento do território, explicitado pela inexistência de bases cartográficas atualizadas e em escala de detalhe que caracterizem o ambiente urbano e sua dinâmica.

Além da deficiência da infra-estrutura, os municípios brasileiros, não discordante da realidade de muitos de terras. As cidades, assim, ficam loteadas entre um mercado regular, de propriedades privadas, que seguem a lógica de mercado; um mercado irregular, gerenciado pelas necessidades de habitação da população com menor poder econômico, que ocupam áreas livres e muitas vezes com restrições à ocupação (áreas de risco ou de preservação ambiental); e, por fim, um conjunto de terras de propriedade pública, tais como parques e praças.

Segundo Lima (2000), o bom funcionamento do cadastro resulta em grandes vantagens ao planejamento urbano do município, dentre as quais podem ser citados o aumento da arrecadação dos tributos municipais (exemplo IPTU) em razão do ajuste do número de contribuintes, identificação da degradação ao meio ambiente, fiscalização do uso do solo, melhoria da qualidade do sistema de transportes coletivos e do tráfego

urbano, expansão urbana orientada, entre outros. Tradicionalmente, o cadastro tem sido elaborado por burocratas e especuladores, enquanto que deveria ser construído em conjunto com a sociedade, incluindo técnicos e leigos, de forma integrada e participativa. Os conteúdos técnicos a serem trabalhados quando se trata de Cadastro Territorial, portanto, devem aliar conhecimentos em termos de medições espaciais (para delimitação das parcelas) com conhecimentos jurídicos relacionados ao direito de propriedade. Visando contribuir para uma padronização na produção dos cadastros territoriais no Brasil, o Ministério das Cidades publicou em as Diretrizes Nacionais para o Cadastro Territorial Multifinalitário (BRASIL, 2009).

Estas diretrizes têm caráter de orientação aos agentes públicos envolvidos na produção ou gestão do cadastro, não se configurando em Lei nem em Norma, de tal forma que os municípios não são obrigados a segui-lo. Entretanto, percebe-se que devido às restrições de recursos humanos especializados nas prefeituras, apresenta-se bastante interessante a iniciativa do Ministério em produzir esta diretriz, oferecendo ao gestores um rumo a seguir quando da decisão de implementação do cadastro em seus municípios.

METODOLOGIA

As aulas teóricas dos cursos de capacitação abordaram conteúdos relacionados às bases do CTM, com destaque para a cartografia cadastral, a avaliação de imóveis e as fontes de financiamento para a execução do CTM por parte dos municípios. As aulas práticas serão constituídas de atividades executadas em laboratório, com temas relacionados às tecnologias para a coleta de dados em campo, de forma que os participantes possam ter noções sobre as melhores técnicas utilizadas em levantamentos de campo para aquisição de dados espaciais. As aulas abordarão temas como os Sistemas de Posicionamento Global (GPS), Topografia, Sensoriamento Remoto e, para o caso de armazenamento e análise de dados, serão apresentados os Sistemas de Informação Geográfica Terraview e TerraSIG, adotados pelo Ministério das Cidades e para os quais os municípios vêm sendo capacitados a utilizarem, por meio de uma linha temática também do PROEXT.

A comunicação entre a equipe responsável pela capacitação e os participantes será realizada através de correio eletrônico e de um sítio na internet, já disponibilizado no endereço web <<http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/proext/cadastro>> no qual serão disponibilizadas as aulas expositivas e dados para utilização no sistema Terraview.

Também será disponibilizado no sítio o cronograma das atividades a serem desenvolvidas na capacitação e os trabalhos desenvolvidos pelos participantes da capacitação, de forma a possibilitar a integração de ideias e a democratização da informação.

As aulas práticas (Figuras 1 e 2) são constituídas de atividades executadas em laboratório, com temas relacionados às tecnologias para a coleta de dados em campo, de forma que os participantes possam ter noções sobre as melhores técnicas utilizadas em levantamentos de campo para aquisição de dados espaciais. Abordam temas como Sistema de Posicionamento Global (GPS), Topografia, Sensoriamento Remoto, entre outros temas pertinentes que colaborem com a dinâmica das aulas.



Figura 1. Demonstração de elementos de uma carta topográfica



Figura 2. Atividade prática sobre GPS

Foram convidados para participar dos cursos pelo menos dois técnicos do quadro efetivo de cada município da Paraíba, de acordo com a lista disponibilizada pelo Ministério das Cidades (Figura 3). Para este projeto foram selecionados os municípios do Estado da Paraíba que compõem o Lote 3 do presente Edital, e os cursos abordarão os aspectos legais, fiscais e geométricos relacionados ao CTM. O projeto de extensão aqui apresentado, propõe, portanto, estabelecer um elo entre a comunidade científica e os gestores públicos, dotando-os de conteúdo técnico relacionado ao CTM e para posterior difusão e multiplicação de conhecimentos técnico-científicos sobre Geotecnologias em seus municípios, possibilitando a inserção de sistemas de gerenciamento de informações geográficas no âmbito de seus municípios. Os cursos presenciais e multidisciplinares, permitiram a obtenção de conhecimentos necessários à essa mudança de paradigma cultural na administração pública, ao tempo em que possibilitam uma interação entre turmas compostas de diversos técnicos municipais, com diversas realidades, possibilitando trocas de experiências entre os gestores.

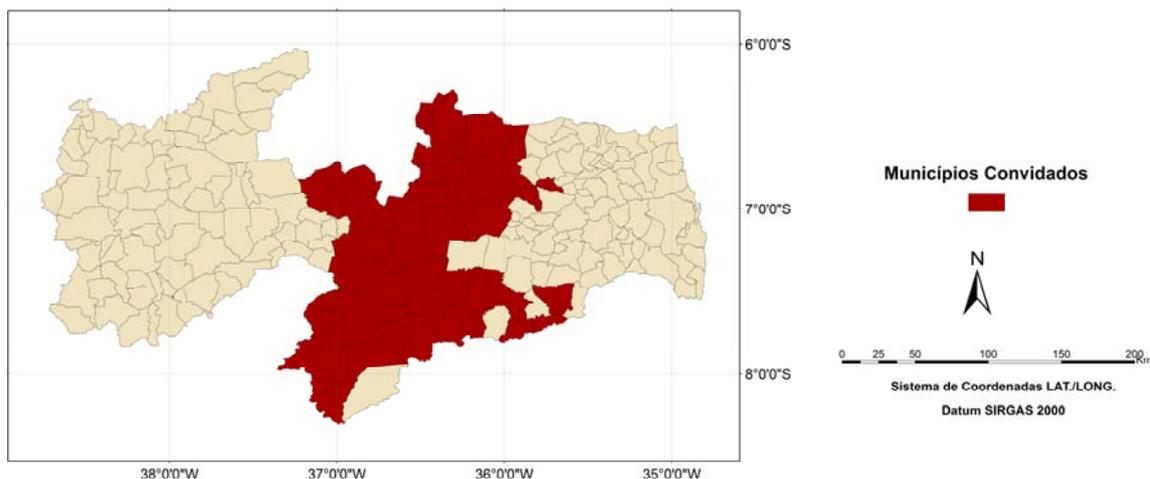


Figura 3. Mapa dos municípios convidados para participar dos cursos de capacitação sobre CTM.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi apresentado neste trabalho e com as experiências adquiridas neste projeto, conclui-se que é de suma importância a parceria estabelecida entre Universidade e poder público, com o intuito de melhorar o planejamento e gestão municipal, resultando em um desenvolvimento organizado e sustentável. Os cursos de capacitação para implantação do CTM em municípios da Paraíba realizados pela UFPB, no domínio do LEPPAN, tiveram a preocupação de orientar e preparar os técnicos participantes para utilizar os conhecimentos adquiridos nos cursos em seus respectivos

municípios, de forma sistemática e coesa. E espera-se que ao final dos cursos, os participantes tenham obtido o conhecimento necessário para aplicá-lo em sua cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, L.R. de; LOCH, C. **O uso das séries históricas de fotografias aéreas para monitoramento físico-espacial de propriedades rurais visando a avaliação da legalidade das posses.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO MULTIFINALITÁRIO. Anais... Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. CD-ROM.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria 511 de 07 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre as Diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) nos municípios Brasileiros. 2009.

LIMA, O.P. **A importância do cadastro no processo civilizatório.** In: 4º COBRAC - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Anais ... UFSC. Florianópolis - SC. 2000.

LOCH, C. **Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial.** In: COBENGE 2001 - XXIX Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, 2001. Anais... Porto Alegre. 2001. v. 1. p. 79-88.